



**PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
2021-2026**

6ª Versão
(atualizada em março/2025)

**PLANO
ESTRATÉGICO
INSTITUCIONAL**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

18ª REGIÃO

2021-2026

Presidente

Desembargador Eugênio José Cesário Rosa

Vice-Presidente e Corregedora

Desembargadora Iara Teixeira Rios

Desembargadores do Trabalho

(Por ordem de antiguidade)

Desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho

Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque

Desembargador Elvecio Moura dos Santos

Desembargador Gentil Pio de Oliveira

Desembargador Mário Sérgio Bottazzo

Desembargador Paulo Sérgio Pimenta

Desembargador Daniel Viana Júnior

Desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento

Desembargador Welington Luís Peixoto

Desembargadora Rosa Nair da Silva Nogueira Reis

Desembargadora Wanda Lúcia Ramos da Silva

Desembargador Marcelo Nogueira Pedra

APRESENTAÇÃO

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes.”

Peter Drucker

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas que proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. O exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos para a Organização.

Em um ambiente de incertezas e turbulências, beirando muitas vezes a imprevisibilidade, é de fundamental importância que, na alta administração das organizações, esteja incorporada a capacidade de antecipação de fatos futuros. É preciso que se considere a estruturação das incertezas em um Plano Estratégico.

O planejamento estratégico é a função que determina um meio sistemático para a tomada de decisões, visando garantir o sucesso da organização em seu ambiente atual e futuro. É um processo dinâmico, através do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar por meio de um comportamento proativo, levando em conta a análise de seu ambiente, em consonância com a sua razão de existir, a fim de construir o seu futuro desejado.

SUMÁRIO

Versões

Planejamento

Identidade Organizacional

Análise Organizacional

Mapa Estratégico do TRT - 18ª Região

Objetivos Estratégicos

Indicadores e Metas

Iniciativas Estratégicas

VERSÕES

Versão	Data	Revisão
1.0	Março/2021	Versão Inicial
2.0	Janeiro/2022	- Definição dos conceitos dos valores; - Atualização da periodicidade dos indicadores; - Eliminação do sufixo “JT” das siglas dos indicadores “Tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada” e “Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas”; - Correção de erro material na meta do Índice de adesão à LGPD”, no ano de 2023; - Alteração da linha base e metas do indicador “Tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada”; e - Atualização da descrição do indicador “Índice de desempenho de sustentabilidade”; - Alteração da fórmula de cálculo do indicador “Índice de Absenteísmo - Doença”
3.0	Agosto/2022	- Inserção dos indicadores “Índice de inovação” e “Índice de combate ao trabalho infantil” e exclusão do indicador “Índice de integração da agenda 2030 ao Poder Judiciário”, relacionados ao objetivo estratégico “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade”; - Inserção do indicador “Índice de transformação digital” e exclusão do indicador “Índice de processos judiciais eletrônicos”, relativos ao objetivo estratégico “Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados”.

4.0	Outubro/2023	Alteração da periodicidade do indicador “Índice de satisfação” de bianual para trienal, relacionado ao objetivo estratégico “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”; Exclusão do indicador “Índice de transformação digital”, relativo ao objetivo estratégico “Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados”.
5.0	Maio/2024	Exclusão do indicador “Índice de satisfação”; Substituição do indicador “Índice de adesão à LGPD” pelo “Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU”, instituído pelo CSJT; Alteração dos valores das metas do indicador “Nível de maturidade global em gestão de riscos” de 62,5% para 66,5% em 2024; de 65% para 67,5% em 2025; e de 67% para 68,5% em 2026.
6.0	Fevereiro/2025	Inclusão dos indicadores “Índice de Satisfação”; Índice de Ações Integradas de Comunicação Social.”; Índice de Divulgação de Memória Institucional”; “Índice de integridade”; “Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública.”; “Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária”; “Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos”; Índice de desempenho ambiental; “Índice de Desempenho do Trabalho Decente”; “Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação”. Substituição dos indicadores “Tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada” e “Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas” pelo indicador “Índice de capacitação em precedentes obrigatórios”; e do indicador “Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 – ICEC95.” pelo indicador “Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 – ICLC200.” Alteração do valor da meta do indicador “Índice de Transparência”, em 2025, de 99% para 100%.

PLANEJAMENTO

A elaboração do Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para o período 2021-2026 (*PEI 2021-2026*) foi iniciada no ano de 2020 em conformidade com a Resolução CNJ nº 325/2020, que estabelece a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, e com a Resolução CSJT nº 259, de 14 de fevereiro de 2020, que aprova o modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, nos termos do art. 15, inciso II, tendo por base, além de outros parâmetros, também os resultados da Pesquisa de Satisfação dos TRTs e a missão, a visão e os valores aprovados para o Poder Judiciário e para a Justiça do Trabalho, após a promoção de processos participativos envolvendo magistrados, servidores, advogados, associações de classe, membros do Ministério Público e sociedade em geral, relacionados ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Todo o ciclo da estratégia 2021-2026 foi realizado dentro de um contexto de pandemia do novo coronavírus, o que trouxe enormes desafios para as organizações quanto ao planejamento em um cenário de incertezas. Verificou-se uma necessidade premente de avaliar o momento atual e considerar todas as variáveis envolvidas nas atividades e serviços prestados pelo Tribunal de modo a atenuar, na medida do possível, os impactos gerados pela *COVID-19*. Por isso, foi necessário observar desde o comportamento dos atores envolvidos com o Tribunal, até medidas tomadas diariamente por governos, autoridades sanitárias, sindicatos, associações, entre outras, que afetam direta ou indiretamente o negócio da organização.

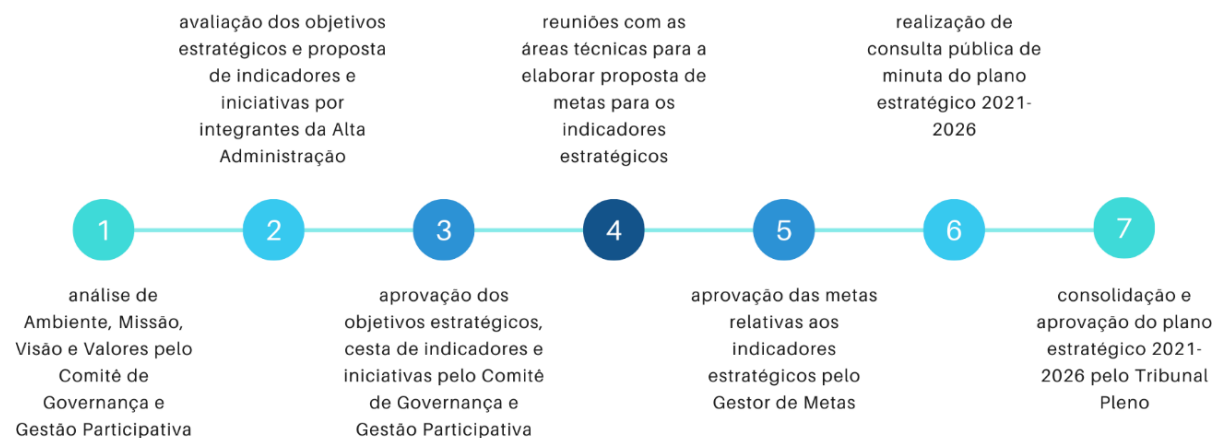
Diante desse contexto e considerando a necessidade de envolver o Tribunal Pleno com o planejamento estratégico a fim de assegurar a continuidade dos projetos e programas dentro de uma concepção estratégica e participativa, o Comitê de Governança e Gestão Participativa - CGOV deliberou pela instituição do novo plano estratégico do Órgão, em reuniões telepresenciais, como forma de evitar o contágio do novo coronavírus, realizadas no período compreendido entre 08 de maio de 2020 e 29 de abril de 2021.

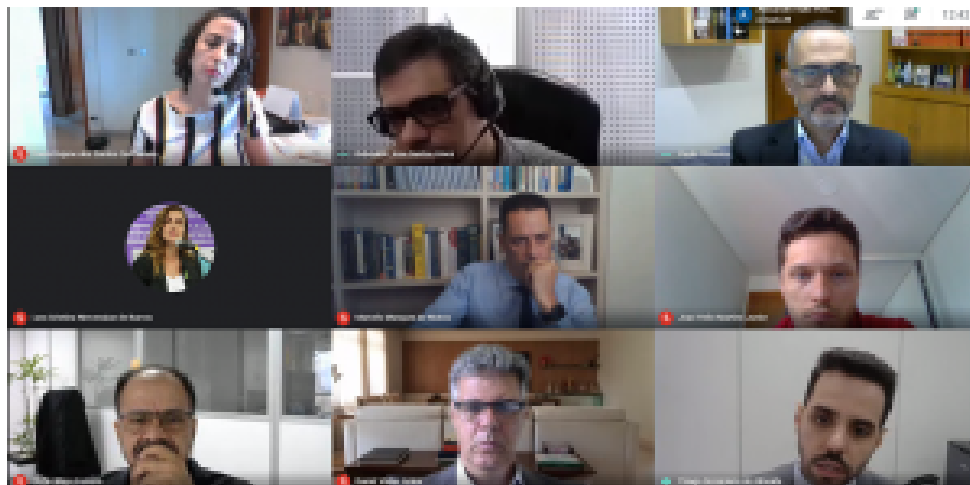
O Comitê de Governança e Gestão Participativa foi instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª STP 83/2018 e tem, dentre outras, as atribuições de acompanhar e avaliar a execução do planejamento estratégico, discutir e deliberar acerca dos projetos estratégicos e revisar, periodicamente, os objetivos, indicadores e metas propostos.

Conforme deliberação do CGOV, a materialização do plano estratégico 2021-2026 foi realizada em 7 etapas, quais sejam:

Plano Estratégico TRT 18ª Região 2021-2026

Etapas de Formulação





1ª ETAPA

A 1ª etapa foi realizada em duas reuniões. Em 08 de maio de 2020, o Comitê de Governança e Gestão Participativa – CGOV aprovou a proposta de análise de cenário (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), missão, visão e valores para a Justiça do Trabalho em conformidade com as diretrizes do Modelo de Gestão Estratégica da Justiça

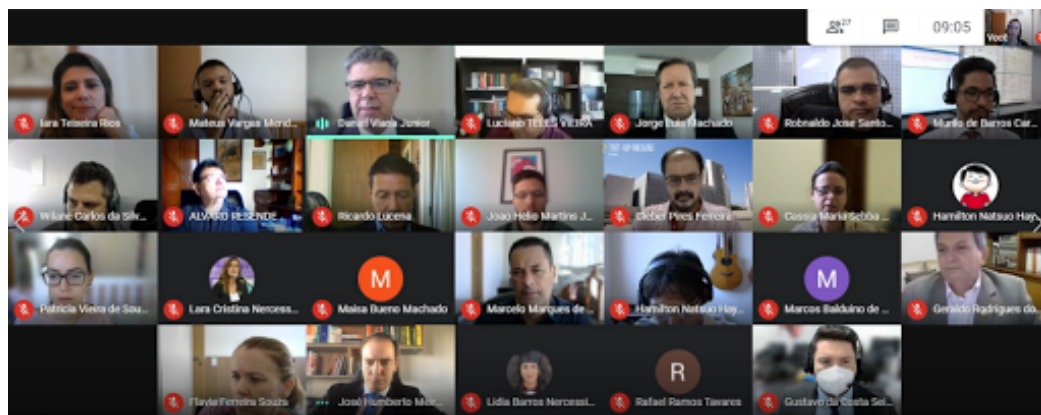
do Trabalho. Diversas áreas do tribunal colaboraram por meio de formulário eletrônico estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. A proposta do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, aprovada no CGOV, foi então submetida para apreciação do Subcomitê de Tribunais Trabalhistas de Médio Porte. Após a consolidação por aquele subcomitê, a proposta final foi enviada ao Comitê de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho.

Após a aprovação da Identidade Estratégica (Missão, Visão e Valores) e da Matriz de Ambiente Organizacional (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) da Justiça do Trabalho, em 14 de dezembro de 2020 na 3ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, o CGOV aprovou a Identidade e Matriz de Ambiente Organizacional do Tribunal Regional da 18ª Região para o Plano Estratégico Institucional 2021-2026 com base nas diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 325/2020

(Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026) e CSJT nº 259/2020 (Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho).

2ª ETAPA:

Nos dias 11, 19, 26 e 29 de março de 2021, integrantes da Alta Administração do Tribunal (Desembargador Presidente e Gestor de Metas, Secretário-Geral da Presidência, Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário e Secretário-Geral de Governança e Estratégia) reuniram-se para avaliar e propor os objetivos estratégicos e cesta de indicadores à luz das regras de ouro estabelecidas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, aprovado pelo ATO CSJT.GP.SG Nº 34/2021. Nas reuniões foram também propostas as iniciativas estratégicas para o biênio compreendido entre fevereiro de 2021 e janeiro de 2023.



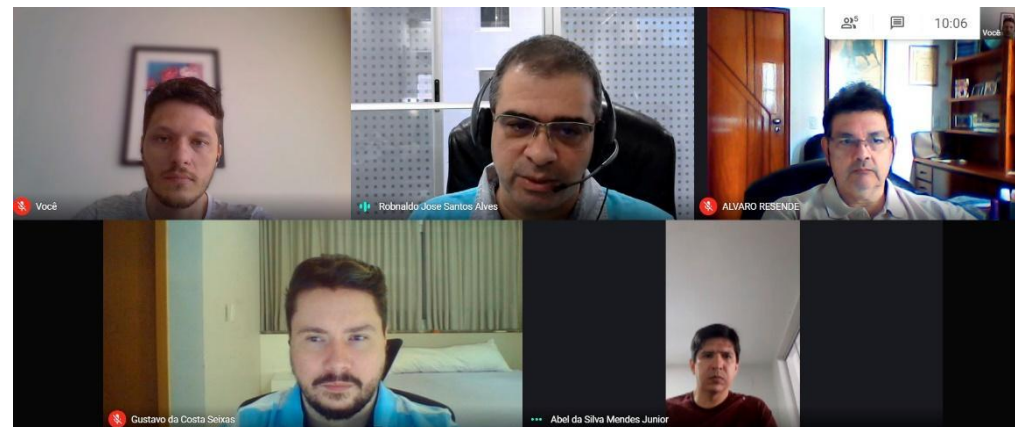
3ª ETAPA:

A 3ª etapa foi realizada em 09 de abril de 2021 em reunião telepresencial, quando o Comitê de Governança e Gestão Participativa aprovou os objetivos estratégicos e indicadores integrantes do Plano Estratégico Institucional 2021-2026 por

ocasião da 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2021. Na oportunidade, também foi aprovado o Plano de Gestão 2021-2023 contendo as iniciativas estratégicas para o biênio.

4ª ETAPA:

A 4ª etapa foi realizada no período de 20 a 28 de abril de 2021 e contemplou reuniões técnicas com as áreas responsáveis/envolvidas a fim de estabelecer as metas relativas aos objetivos estratégicos para o ciclo estratégico, excetuando as metas nacionais, as quais são estabelecidas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado anualmente.



5ª ETAPA:

Foi realizada no dia 29 de abril de 2021 por meio de reunião com o Presidente e Gestor de Metas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Desembargador Daniel Viana Júnior, para validar as metas propostas pelas áreas técnicas do órgão.

6ª e 7ª ETAPAS:

A 6ª etapa compreendeu a consulta pública acerca da proposta do Plano Estratégico Institucional 2021-2026 realizada no portal do TRT da 18ª Região no período de 10 a 14 de maio de 2021.

A 7ª etapa envolveu a consolidação e submissão da proposta do Plano para apreciação e aprovação do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO À ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021- 2026

O Conselho Nacional de Justiça, após construção democrática e participativa no âmbito da Rede de Governança Colaborativa, instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ nº 325, de 30 de junho de 2020, com a finalidade de definir as diretrizes nacionais de atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio. Na oportunidade foram aprovados a Missão, Visão, Valores e macrodesafios.

Em novembro de 2020 ocorreu, de forma telepresencial, o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocasião em que foram aprovadas as metas nacionais e específicas do Judiciário para 2021.

Com o intuito de consolidar o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho efetuou reuniões com a participação dos representantes dos Tribunais Regionais na Rede de Governança Colaborativa do

Poder Judiciário e elaborou o novo Plano Estratégico do Judiciário Trabalhista para o período de 2021 a 2026, o qual foi aprovado por meio do ATO CSJT.GP.SG nº 34/2021.

Diante da aprovação do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e em atendimento à Resolução nº 325/2020 do CNJ, o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foi alinhado ao da Justiça do Trabalho e passa a vigorar para o período de 2021-2026.

Por sua vez, em agosto de 2024, foi publicada a Resolução CSJT N.º 388, de 30 de agosto de 2024, que aprovou a revisão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho para o ciclo 2021/2026 e, por meio do Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST nº102, de 11 de novembro de 2024, foi publicado o novo glossário de indicadores, com a inclusão de diversos indicadores estratégicos, alguns com apuração para o ano 2024 e, em sua maioria, para o ano 2025 e 2026.

Por fim, o Tribunal Pleno deste Regional, aprovou, em sessão realizada em maio de 2025, a atualização do Plano Estratégico Institucional, alcançando a sua 6ª versão.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Primeira atividade do processo de planejamento estratégico, reflete a intenção estratégica da organização em torno de questões centrais e básicas.

MISSÃO:

Segundo Chiavenato e Sapiro (2010, p. 83):

A missão organizacional deve contemplar-se os seguintes aspectos:

- 1 A razão de ser da organização.
- 2 O papel da organização na sociedade.
- 3 A natureza do negócio da organização.
- 4 O valor que a organização constrói para seus públicos de interesse.
- 5 Os tipos de atividades em que a organização deve concentrar seus esforços no futuro.

No Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, o Comitê de Governança e Gestão Participativa - CGOV se reuniu para validar um entendimento único de sua missão, que deriva de seu marco legal e define com clareza o norte que a organização deve seguir.

“REALIZAR JUSTIÇA, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, CONTRIBUINDO PARA A PAZ SOCIAL E O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA”.

VISÃO:

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara e estar em permanente demonstração para a comunidade.

É a descrição de um estado de futuro ambicioso, mas factível, que deve ser instigante e provocar nos colaboradores um desejo concreto de somar forças na busca desse sonho datado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização.

A visão de futuro do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foi definida pelo CGOV como sendo:

“SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA EFETIVA, ÁGIL E COMPROMETIDA COM A GARANTIA DOS DIREITOS DE TODOS OS ENVOLVIDOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, COM VISTAS À PACIFICAÇÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS”.

VALORES:

Segundo Chiavenato e Sapiro (2010, p.90) os valores traduzem:

Conjunto de conceitos, filosofias e crenças gerais que a organização respeita e pratica, e está acima das práticas cotidianas para busca de ganhos de curto prazo. São os ideais eternos, servindo de orientação e inspiração para todas as gerações futuras de pessoas dentro da organização.

Os valores aprovados pelo CGOV do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foram:

- **ÉTICA:** Prática de valores morais como honestidade, probidade e integridade, entre outros, em todas as manifestações e relações humanas.
- **AGILIDADE:** Realização da prática dos atos judiciais e de gestão em tempo que garanta sua efetividade.
- **TRANSPARÊNCIA:** Compromisso com a divulgação de atos de gestão e judiciais, dados ou resultados organizacionais, independentemente de solicitação, em formatos acessíveis e abertos.
- **VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS:** Estabelecimento de mecanismos para reconhecimento do bom desempenho profissional, estímulo ao aperfeiçoamento funcional e à melhoria permanente na qualidade de vida no trabalho.
- **EFETIVIDADE:** Garantia da realização dos serviços judiciais em completo atendimento às normas, às metas estabelecidas e às necessidades dos jurisdicionados.
- **SEGURANÇA JURÍDICA:** Garantia de aplicação das normas jurídicas de forma fundamentada, justa e razoável, observando-se as leis e a supremacia da Constituição.
- **RESPEITO À DIVERSIDADE:** Acolhimento das pessoas, em todas as relações humanas, independentemente de gênero, etnia, idade, religião ou orientação sexual ou quaisquer diferenças culturais.

- **ACESSIBILIDADE:** Disponibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, materiais, edificações, tecnologia, informação e comunicação, bem como de todos os serviços administrativos e judiciais.
- **EFICIÊNCIA:** Utilização dos recursos públicos com economicidade, sem desperdício, aplicados exclusivamente à concretização da função institucional.
- **INOVAÇÃO:** Promoção do ambiente de trabalho que favoreça o aproveitamento da inteligência coletiva, da criatividade, do estímulo ao aprendizado, mediante erros controlados, com vistas à melhoria, à adoção ou à criação de novos produtos ou serviços, que gerem valor e garantam o cumprimento da missão institucional.
- **SUSTENTABILIDADE:** Adoção de atitudes que contribuam para um mundo mais pacífico, com menor desigualdade, maior promoção dos direitos humanos e proteção do planeta e dos recursos naturais.
- **COMPROMETIMENTO:** Preservação da coisa pública e compromisso com a qualidade, os requisitos e os prazos estabelecidos para os serviços prestados.
- **PARTICIPAÇÃO SOCIAL:** Estabelecimento de mecanismos que contribuam para que o poder público atue de forma aproximada da população, com constante diálogo e participação nas políticas públicas.

ANÁLISE ORGANIZACIONAL

Em um ambiente de constantes transformações econômicas, sociais e políticas e com o acelerado avanço tecnológico, as organizações devem ser ágeis para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que aparecem.

Vasconcellos Filho em seu modelo considera que as técnicas de construção de cenários são particularmente adequadas para os seguintes questionamentos: quais os pontos fortes e fracos que podem ser afetados pelas mudanças no ambiente; quais as oportunidades que o ambiente oferece e quais as ameaças; e que mudanças poderão ocorrer.

Na reunião do então Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, realizada em março de 2017, foi deliberado que a matriz de ambiente organizacional seria atualizada anualmente e, a cada ciclo do Planejamento Estratégico, deveria ser criada uma nova matriz.

Em dezembro de 2020, o Comitê de Governança e Gestão Participativa aprovou a nova matriz de ambiente organizacional para o início do ciclo do planejamento estratégico 2021-2026, conforme descrição abaixo:



AMBIENTE INTERNO

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Estruturas físicas e tecnológicas adequadas;	• Insuficiência da força de trabalho em face da EC 95/2016;
• Corpo técnico qualificado;	• Pouca integração entre magistrados e servidores;
• Celeridade na prestação jurisdicional;	• Ausência de critérios objetivos para distribuição de gratificações;
• Alto índice de conciliação;	• Gestão por competências incipiente;
• Governança de TIC consolidada;	• Ausência de regulamentação sobre força de trabalho na área administrativa;
• Processo judicial eletrônico;	• Redução do quadro de servidores no segundo grau por força da Resolução CNJ nº 219/2016;
• Padronização dos sistemas administrativos;	• Alto índice de percepção de assédio moral
• Regime de teletrabalho;	
• Transparência nas informações.	

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Estabilização da demanda processual em comparação com o período anterior (quinquênio);	Cenário econômico desfavorável;
Fortalecimento da imagem da Justiça do Trabalho diante das consequências advindas da <i>Covid-19</i>;	Restrição orçamentária e de pessoal;
Amadurecimento e popularização de novas tecnologias;	Questionamento da relevância dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho;
Ampliação e flexibilização do teletrabalho;	Pandemias;
Fortalecimento da cultura de governança;	Desvalorização da carreira de servidor público.
Realização de parcerias e colaboração interinstitucional para suprir carências de servidores em áreas específicas.	

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT – 18ª REGIÃO

O mapa apresenta um conjunto de “objetivos estratégicos” equilibrados em diversas perspectivas, interligados por relações de causa e efeito e gerenciados por indicadores de resultados. O Mapa Estratégico é a ferramenta que apresenta de forma lógica e estruturada a estratégia de atuação do TRT da 18ª Região, no período de 2021 – 2026.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	MACRODESAFIO DO PODER JUDICIÁRIO
Sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Aperfeiçoar os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho.	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais.
	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.	Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	MACRODESAFIO DO PODER JUDICIÁRIO
Processos Internos	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de finanças, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se alinhamento entre a estratégia corporativa e prioridades de gestão às despesas de maior impacto orçamentário e a boa e regular aplicação dos recursos públicos.	Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
	Garantir a duração razoável do processo	Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases, garantindo-se a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação processual, reduzindo-se o congestionamento de processos e elevando-se a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.	Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios
	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios consensuais de solução de conflito, como a mediação e a conciliação, com vistas a consolidar a Política de Tratamento Adequada de Conflito de Interesses.	Prevenção de Litígio e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	MACRODESAFIO DO PODER JUDICIÁRIO
Aprendizado e Crescimento	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psicossociais que envolvam a organização do trabalho, a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados, os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição trabalhista, as competências exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos métodos e processos de trabalho.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

INDICADORES E METAS



Indicadores - Perspectiva Sociedade

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E COMUNICAÇÃO	 ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015
		 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO	Mensura o nível de satisfação do público externo do TRT relativamente aos serviços ofertados na Carta Nacional de Serviços da Justiça do Trabalho, com o objetivo de conhecer as potencialidades e oportunidades de melhoria do órgão.
		 ÍNDICE DE AÇÕES INTEGRADAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Mensura o percentual de adesão dos TRTs às ações conjuntas de comunicação social previstas no calendário nacional anual elaborado pelo Comitê Nacional de Comunicação Social e aprovado pela administração do CSJT.

CSJT

**ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO
DE MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

Avalia o atendimento dos preceitos legais de divulgação das informações institucionais e de acesso à cultura seguindo as diretrizes contidas na CF/88, na Resolução CNJ nº 324/2020 e no Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.CGDOC nº 37/2021, contribuindo para consolidar e fomentar a memória da Justiça do Trabalho.

CNJ

ÍNDICE DE INOVAÇÃO

Meta Nacional 9: Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

CNJ

**ÍNDICE DE COMBATE AO
TRABALHO INFANTIL**

Meta Nacional 10 – Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.

**Promover o trabalho
decente e a
sustentabilidade**

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E
COMUNICAÇÃO

CNJ

**ÍNDICE DE DESEMPENHO
DE SUSTENTABILIDADE**

Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 400/2021. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ

CSJT

**ÍNDICE DE DESEMPENHO
DO TRABALHO DECENTE**

Alcançar 100% do trabalho decente, por meio da avaliação do nível de aderência dos Tribunais Regionais do Trabalho aos quatro Programas existentes no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

CSJT

**ÍNDICE DE DESEMPENHO
AMBIENTAL**

Mensura a atuação dos TRT's na dimensão ambiental, a partir de parâmetros de redução de impacto ambiental (terrestre, atmosférico e aquático); uso e preservação de recursos naturais (energia e água) e redução de energia não renovável.

Metas - Perspectiva Sociedade

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas						
			Linha base	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Índice de Transparência (Anual)	Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente. < https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/ >	2020: 94,20%	95%	96%	97%	98%	100%	100%
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Índice de Satisfação	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7 >	2025:	-	-	-	-	A ser definida após linha de base	

Índice de Ações Integradas de Comunicação Social (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7 >	-	-	-	-	100%	100%
Índice de Divulgação de Memória Institucional (Semestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7 >	-	-	-	-	até junho: 25% até dezembro: 50%	até junho: 75% até dezembro: 100%

Metas - Perspectiva Sociedade

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Linha base		Metas					
					2021	2022	2023	2024	2025	2026
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação - II (Meta Nacional 9) (Anual)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf)	2020: 100%	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Índice de combate ao trabalho infantil - ICTI (Meta Nacional 10) (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf)	-	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS (Anual)	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário PLS-Jud, Resolução CNJ n. 201/2015, em < https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/acessibilidade/balanco-socioambiental/ >	2019: 62,2%	65%	66%	67%	68%	69%	70%	

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de Desempenho do Trabalho Decente (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7 >	-	-	-	-	100%	100%	100%
	Índice de Desempenho Ambiental (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7 >	-	-	-	-	-	Identificar o consumo mensal de energia não renovável do órgão e o descarte de resíduos sólidos em aterro.	A ser definida a partir dos dados identificados em 2025

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	GOVERNANÇA E GESTÃO	CNJ ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS “GOVERNANÇA” E “DADOS E TECNOLOGIA”	Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”, conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.
		CSJT ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE MELHORIA DA GOVERNANÇA PÚBLICA	Afere a efetividade das ações de melhoria relacionados ao tema governança organizacional pública, utilizando como referência o questionário IESGo - 2024, aplicado pelo TCU.
Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	GOVERNANÇA E GESTÃO	TRT18 NÍVEL DE MATURIDADE GLOBAL EM GESTÃO DE RISCOS	Avalia o nível de maturidade organizacional em gestão de riscos
		CSJT	Avalia os mecanismos de integridade e transparência,

ÍNDICE DE INTEGRIDADE

conforme direcionamento da Política Nacional de Integridade da Justiça do Trabalho e de outros normativos complementares.

Indicadores - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Garantir a duração razoável do processo	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	CNJ ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - IPJ	Meta Nacional 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.
		CNJ ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS JULGADOS - IPAJ	Meta Nacional 2: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).
		CNJ TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS -	Meta Nacional 5: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Indicadores - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	CSJT TEMPO MÉDIO ENTRE A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO DO PRECEDENTE E A DECISÃO DO PROCESSO EM QUE A TESE DEVERIA SER APLICADA. (TMPATA)	Indica o tempo decorrido entre a publicação do acórdão de mérito de um precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente
		CSJT TEMPO MÉDIO ENTRE AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. (TMAIRDR)	Indica o tempo decorrido entre a publicação da afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	CSJT ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO EM PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	Afere o índice de capacitação de magistrados e servidores na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma.

Metas - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Linha base	Metas					
				2021	2022	2023	2024	2025	2026
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (Anual)	Prêmio (gov-dados) = (Soma da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” / Soma da pontuação máxima nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”) X 100 2020: 89,93%		82%	84%	86%	88%	90%	92%
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública” (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7	-	-	-	-	-	100%	100%

Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Nível de Maturidade Global em Gestão de Riscos (Anual)	$\text{IMGR (\%)} = (\text{IMD_A} \times 0,4) + (\text{IMD_P} \times 0,3) + (\text{IMD_PA} \times 0,1) + (\text{IMD_R} \times 0,2)^1$, onde: ÍNDICE DE MATURIDADE APURADO/ NÍVEL DE MATURIDADE De 0% a 20% / Inicial De 20,1% a 40% / Básico De 40,1% a 60% / Intermediário De 60,1% a 80% / Aprimorado De 80,1% a 100% / Avançado	2020: 48,68%	55%	57,5%	60%	66,5%	67,5%	68,5%
	Índice de integridade (Semestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7	-	-	-	-	Ag 2024: 45 pontos para dimensões 3 e 5	-	-
							Dez 2024: 55 pontos para as dimensões 1, 2 e 4		
							2024: 100 pontos		

Metas - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Linha base	Metas					
				2021	2022	2023	2024	2025	2026
Garantir a duração razoável do processo	Índice de processos julgados - IPJ (Meta Nacional 1) (Mensal)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf	2020: 82,79%	100%	100%	100%	100%	100%	-

Índice de processos antigos julgados - IPAJ (Meta Nacional 2) (Mensal)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ							
	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf	2020: 98,53%	93%	93%	93%	93% ²	94% ³	-
Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais - TCLNFISC (Meta Nacional 5) (Mensal)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ							
	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf	2019: 31,2%	29,2%	39,4%	35,4%	32,2% ⁴	28,4%	-

² Manter a meta estabelecida pelo CNJ, qual seja, "Identificar e julgar até 31/12/2024 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais."

³ Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

⁴ Cláusula de Barreira na fase de conhecimento: 40% e na fase de execução: 65%

Metas - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Linha base	Metas					
				2021	2022	2023	2024	2025	2026
Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada - TMPATA (Anual)	Somatorio(1,n) [(DtJulgSobr - DtAcordaoPrecn)]/ SentSobr ⁵ n = SentSobr	Média Quadrienal (2017, 2018, 2019, 2020): 136 dias	100 dias	95 dias	90 dias	85 dias	Descontinua do	Descontinua do
Garantir a efetividade	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de	Somatorio(1,n) [(DtAdminIRDRn - DtAcordaoIRD	Média Trienal (2018, 2019, 2020):					295	Descontinua Descontinua

⁵

DtJulgSobr – Data da publicação da decisão do processo sobrestado;
DtAcordaoPrec – Data da publicação do acórdão de mérito do precedente; e
SentSobr – Total de processos julgados que estavam sobrestados por determinado precedente já julgado.

do
tratamento
das
demandas
repetitivas

Resolução de Demandas
Repetitivas (TMAIRDR)
(Anual)

Rn)]/ SentIRDR⁶
n = SentIRDR

315 dias

310
dias

305
dias

300
dias

dias

do

do

Índice de capacitação em
precedentes obrigatórios
(Quadrimestral)

Conforme Glossário de
Indicadores 2024/2026 do
Plano Estratégico da Justiça
do Trabalho 2021/2026

https://www.csjt.jus.br/documentos/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7

25% 25%
magistrados e magistrados
servidores do 2º grau e servidores do 2º grau
e 15% de e 15% de
magistrados e magistrados
servidores do 1º grau e servidores do 1º grau

⁶ DtAcordoIRDR – Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR);
DtAdmisIRDR – Data da publicação da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR);
SentIRDR – Total de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com acórdãos publicados no ano.

Metas - Perspectiva Processos Internos

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas						
			Linha base	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de conciliação – IC (Meta Nacional 3) (Mensal)	Conforme Glossário de Metas Nacionais do CNJ (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2025-justica-do-trabalho-versao-4.pdf)	2020: 55,90%	50%	53,6% ⁷	50% ⁸	50%-	50%	-

⁷ Cláusula de Barreira: 40%

⁸ Cláusula de Barreira: 40%

Indicadores - Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	PESSOAS	CSJT ÍNDICE DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES - IPSMS	Meta específica 12 da Justiça do Trabalho: "Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que

participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes."

CNJ

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA

Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria

CSJT

**ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA
PREVENÇÃO E DO
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA,
DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO**

Mede a maturidade institucional em relação à Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme Resolução CSJT nº 360, de 25 de agosto de 2023

CSJT

**ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº
95/2016 – ICEC95**

Acompanhar mensalmente e cumprir o limite de gastos determinado pela EC 95/2016

CNJ

**ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS
DOTAÇÕES PARA DESPESAS
DISCRICIONÁRIAS - IEDD**

Indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinados às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas prioridades feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária

CSJT

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA LEI

Acompanha mensalmente o cumprimento do limite de pagamentos determinado pela LC no 200/2023, estabelecendo uma cultura de programação de

**Aperfeiçoar a gestão
orçamentária e financeira**

ORÇAMENTO

CSJT

**ÍNDICE DE ADERÊNCIA DO
PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA - IAPEX**

Acompanha a aderência do planejamento orçamentário feito no início do ano pelas unidades da Justiça do Trabalho, discriminado por GND 3 (Custeio) e GND 4 (Investimentos), exceto obras, comparado com a liquidação da despesa até o período de coleta, de forma a aferir se o nível de gastos planejados inicialmente se mantém compatível com a execução.

CSJT

**ÍNDICE DE ADERÊNCIA DO
PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DE
PROJETOS-IAPEP**

Acompanha a aderência do planejamento orçamentário de projetos feito no início do ano pelas unidades da Justiça do Trabalho, comparado com o orçamento do período de coleta, de forma a aferir se o nível de gastos planejados inicialmente para os projetos se mantém compatível com a execução.

Objetivo	Tema	Indicador	Descrição do Indicador
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	TECNOLOGIA	CNJ AVALIAÇÃO DO IGOVTIC -JUD	Acompanha a aderência do planejamento orçamentário de projetos feito no início do ano pelas unidades da Justiça do Trabalho, comparado com o orçamento do período de coleta, de forma a aferir se o nível de gastos planejados inicialmente para os projetos se mantém compatível com a execução.
		CSJT ÍNDICE DE CONFORMIDADE COM A PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DOS USUÁRIOS - ICPPDU	Indicador que visa garantir a conformidade dos Tribunais da Justiça do Trabalho em relação aos normativos vigentes, principalmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Metas - Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas						
			Linha base	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores – IPSMS (Meta Específica 12 da JT) (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7	2020: 100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Índice de Absenteísmo-Doença (Anual)	Índice de absenteísmo = Dias de ausência por motivos de saúde (própria ou de familiar) de magistrados e servidores / Quantidade de dias no ano x Total de magistrados e servidores no final do período.	2020: 1,6%	2%	1,9%	1,8%	1,7%	1,6%	1,5%
	Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação (Semestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7	-	-	-	-	até dez: 41 pontos nos itens relacionados	até dez: 18 pontos nos itens relacionados	até dez: 25 pontos no item D 4.1

Metas - Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Linha base		Metas				
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 – ICEC95 (Mensal)	DPP=VDPP+VDPRP ICEC95 = (DPP / DODPA) x 100 ⁹	2020: 98,29%	92%	93%	94%	95%	descontinuado	-
	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias – IEDD	IEDD=(EDD/DD)*100 ¹⁰	2020: 96,79%	90%	91%	92%	93%	94%	95%

⁹ VDPP - Valor das despesas primárias pagas do exercício: despesas orçamentárias primárias (não financeiras) pagas pela unidade gestora beneficiária, excetuadas aquelas relativas a restos a pagar.
VDPRP - Valor das despesas Primárias pagas de Restos a Pagar inscritos/reinscritos: despesas extra orçamentárias primárias pagas pela unidade gestora beneficiária relativas a restos a pagar inscritos e/ou reinscritos.
DPP - Despesa Primária Paga
DODPA - Dotação Orçamentária para Despesas Primárias Atualizada: Valor da Dotação Orçamentária Atualizada das Despesas Primárias.

¹⁰ EDD: Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias; e
DD: Dotação atualizada para despesas discricionárias.

(Bimestral)

		-	-	100%	100%
		-	-	100%	
Índice de Cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 - ICLC 200	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3 >	-	-		
(Mensal)					
Índice de Aderência do planejamento da execução orçamentária - IAPEx	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3 >	-	-	85% e 65%	90% e 70% e 95% e 75%
(Quadrimestral)					
Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos - IAPEP	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 < https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3 >	-	-	50%	65% e 75%

(Quadrimestral)

Metas - Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas						
			Linha base	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Avaliação do IgovTic – Jud (Anual)	Conforme Guia da Estratégia Digital do Poder Judiciário (https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/indice-de-governanca-gestao-e-infraestrutura-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario-igovtic-jud/)	2020: Excelência	Satisfatório	Satisfatório	Excelência	Excelência	Excelência	Excelência
	Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU (Quadrimestral)	Conforme Glossário de Indicadores 2024/2026 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021/2026 (https://www.csjt.jus.br/documents/d/seggest/glossario-da-jt_pe-jt-2021-2026-v3-7)	2020: 12,12%	60%	80%	90%	89%	90%	-

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS e PROJETOS

Ao longo de todo o ciclo estratégico, caberá a cada administração de momento estabelecer as iniciativas para a implementação dos objetivos estratégicos constantes do *PEI 2021-2026*, bem como os projetos que igualmente almejam dar cumprimento a esses objetivos estratégicos.

As principais iniciativas estratégicas previstas para o período 2021 a 2023, 2023 a 2025 e 2025 a 2027 e projetos, estão materializadas no [Plano de Gestão – 2021-2023, Plano de Gestão – 2023-2025 e Plano de Gestão - 2025-2027](#)



POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A organização reconhece a importância de articular suas estratégias com políticas públicas e programas de responsabilidade social, demonstrando seu comprometimento com a comunidade e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região implementa programas por meio da elaboração e execução de planos de ação específicos para cada iniciativa, detalhando as metas a serem alcançadas, os indicadores de desempenho a serem monitorados, as ações prioritárias a serem executadas e os recursos necessários para garantir o sucesso na implementação. Dentre os programas já desenvolvidos¹¹, destacam-se o Programa de Integridade, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, o Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, e o Programa Trabalho Seguro.

¹¹ Para mais informações sobre esses programas, consulte a página no portal oficial do TRT da 18ª Região: <https://www.trt18.jus.br/portal/institucional/programas/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAPIRO, Arão; CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento Estratégico, Fundamentos e Aplicações**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Equipe de Desenvolvimento

Ana Flávia de Paula Guimarães Rabelo
Bruna da Mota Fernandes Souza
Carlos Antônio de Moura
Eliana Borba Rodrigues
Fernando Silva de Queiroz Barreto
Flávia Ramos Queiroz Oliveira
Flávio Loze de Queiroz
Hamilton Natsuo Hayashida Junior
João Hélio Martins Júnior
Jorivê Fleury Borges
Juliana Ribeiro Mendonça Moraes
Laiza Emiliano Garcia
Lara Cristina Nercessian de Barros
Natasha Memoria Rocha
Rodrigo Rabadan de Oliveira
Yasmin Cardoso de Alencar

Supervisão

Wilane Carlos da Silva Massarani
Secretário de Governança e Gestão Estratégica